

50 ANOS DO GOLPE DE ESTADO NO BRASIL: ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS CONSTITUTIVAS QUE LEVARAM AO REGIME DITATORIAL NO PAÍS

Carolina Prado – Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: karor_cps@hotmail.com

Silvio Antonio Ferraz Cario – Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: fecario@yahoo.com.br

ÁREA TEMÁTICA: História Social e Políticas

Resumo

O presente estudo tem o objetivo de analisar o governo de João Goulart entre os anos de 1961 e 1964 enfatizando os motivos que levaram a ocorrência de um golpe de Estado e a implantação de uma ditadura militar, que perduraria por vinte e um anos no Brasil. Para alcançar tal objetivo faz-se análise destacando as razões das crises políticas e econômicas deste governo. Os resultados apontaram dentre as principais ocorrências: a fragmentação partidária; a radicalização dos ideias políticos; posições contrárias ao programa de estabilização e das reformas estruturais, organizações políticas e empresariais fragilizando suas ações e o isolamento político do presidente. Diante deste quadro, o Plano Trienal mostrou-se incapaz de estabilizar a economia e promover reformas estruturais de longo alcance.

Palavras-chave: Golpe de Estado no Brasil, Governo João Goulart, Plano Trienal de Desenvolvimento

1. Introdução

No início dos anos 1960, assumem os governos de Jânio Quadros e João Goulart, logo após um período de grande desenvolvimento nacional com o governo de Juscelino Kubitschek. Com a renúncia de Jânio em 1961, Goulart assume a presidência em um momento conturbado, instala-se no Brasil uma crise política e em vias de uma guerra civil, é adotado o regime Parlamentarista para apaziguar os ânimos. E já em 1963 o regime presidencialista retorna e Jango assume com plenos poderes. Entretanto, as crises política e econômica que vigoravam à época deram a abertura para a entrada do governo militar autoritário em 1964.

Neste ano, 2014, faz 50 anos do Golpe de Estado no Brasil, sendo, portanto, momento importante para discutir as razões que levaram a implantar o regime de exceção que se

prolongou 21 anos no país. Aspectos políticos por si só não conseguem explicar o ataque a democracia, bem como somente referências econômicas são insuficientes para justificar a implantação da ditadura no país. Conjugando estes determinantes é o objetivo deste texto. Para tanto está dividido em 5 seções, sendo que na 1ª. seção trava-se o objetivo; na 2ª. seção discute-se o regime parlamentarista no âmbito de sucessivas mudanças ministeriais; na 3ª. seção apontam-se os determinantes políticos e econômicos que contribuíram para o Golpe de Estado; na 4ª. seção, discute-se o Plano Trienal, como tentativa de mudança estrutural e de implantação da estabilidade econômica; e, por fim na 5ª. seção faz-se a conclusão.

2. Governo João Goulart – período parlamentarista: contínua crise institucional

Após a surpreendente renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, surge uma crise dentro do sistema político brasileiro. A Constituição de 1946 previa, caso o presidente ficasse impedido de governar, ou renunciasse, como o ocorrido, que o vice-presidente, João Goulart na época, deveria assumir o comando do país. Mas apesar de estar enfatizado na Constituição, a questão da sucessão presidencial causou grande discussão no Congresso. E este período conta com uma intensa mobilização civil e militar, com a definição dos grupos que queriam a quebra da organização institucional, por um lado, e os defensores da democracia e da legalidade, por outro. Mas nem todos os membros do segundo grupo apoiavam João Goulart e sua ideologia de reformas de base, queriam apenas a preservação do regime democrático e a continuidade da ordem legal.

Como era previsto, João Goulart deveria tomar posse da Presidência, mas ele estava em uma missão oficial à China e na ausência do vice-presidente, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, era o próximo na linha de sucessão, então, este é empossado Presidente. E os ministros militares Odílio Denys, ministro da Guerra, Silvío Heck, ministro da Marinha, e Grün Moss, ministro da Aeronáutica, tentaram impedir a volta de Jango ao Brasil. Tudo se iniciou com a divulgação de uma breve nota, no dia 28 de agosto, na qual os ministros buscavam aprovar o veto à posse do então vice-presidente, porém, sem nenhuma justificativa. Para os militares, Jango simbolizava tudo aquilo que havia de ruim na vida política do país, era demagogo, subversivo e implacável inimigo do capitalismo. Esperavam, deste modo, que o Congresso mantivesse Mazzilli na presidência interina até a convocação de eleições no prazo de sessenta dias. Entretanto, esta visão dos militares não era partilhada por todos os grupos da sociedade e da política. Estes não viam motivos para impedi-lo de exercer

o cargo de Presidente, eram governadores estaduais, parlamentares federais e estaduais, sindicatos de trabalhadores, organizações empresariais, estudantes e alguns setores militares que se identificavam com os ideais nacional-reformistas, com a democracia liberal e com a ordem constitucional (TOLEDO, 1986).

Assim, os que não concordavam com o veto formaram a resistência ao golpe militar, uma frente pró-legalidade que era chefiada pelo governador do Rio Grande do Sul e começa a ganhar força e a aderência de novos membros. E havia o argumento de que impedir a posse de Jango neste momento seria abdicar ao princípio das eleições livres e desamparar o voto de tantos eleitores que colocaram no na posição de vice-presidente e confiavam nele para assumir as responsabilidades que tal cargo poderia exigir.

Para evitar uma guerra civil dentro do país entre aqueles que queriam o veto e a frente pró legalidade, os atores do conflito são levados a buscar uma saída pacífica e, é neste contexto de crise política, que uma mudança na forma de governo é proposta: o Parlamentarismo, garantindo a satisfação dos grupos envolvidos e uma solução viável para os embates, pois os que apoiavam Jango e defendiam a legalidade viam no novo regime uma solução média – ele iria assumir a presidência, mas com poderes moderados, e para os ministros militares e os setores que desejavam o veto, o parlamento era uma maneira de diminuir a influência de Goulart nas ações governamentais (SKIDMORE, 2010; RUBIATTI, 2008). Desta forma, no dia 7 de setembro de 1961, João Goulart recebeu a faixa presidencial no Congresso, se submetendo ao novo regime de governo.

E a crise de sucessão presidencial, nos dias entre a renúncia de Jânio e a adoção do Parlamentarismo, veio a evidenciar que em momentos de crise, os militares tinham uma opinião predominante e, só não ocorreu o golpe, porque eles não estavam unidos e não possuíam uma homogeneidade ideológica, pois uma parte das Forças Armadas refletia a opinião dos civis que lutavam a favor da legalidade (SKIDMORE, 2010).

Durante o curto período do regime parlamentar, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, iriam passar pelo governo três gabinetes. Estes além de se defrontarem com uma crise político-institucional, deveriam lidar com uma grave situação econômica herdada dos tempos de Juscelino Kubitschek, um endividamento externo progressivo, um processo inflacionário “sem controle”.

O primeiro gabinete, denominado de “união nacional”, assume neste contexto no dia 14 de setembro de 1961 e para presidi-lo é aprovado no Congresso Nacional o nome de Tancredo Neves, conhecido no PSD mineiro e o último ministro da Justiça de Vargas, em

1954. Sendo este gabinete o de maior duração, até o final de junho de 1962, mais de nove meses.

Um dos fatores que iria diferenciar este conselho dos demais, é que ele não tinha como ênfase e objetivo a antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo, que foi o principal ponto do Gabinete de Brochado da Rocha e, também, de Hermes Lima, sucessores de Tancredo. Para Rubiatti (2008, p. 124), o Gabinete de Tancredo buscou governar o país, tentando aliviar a crise política e econômica, acomodando os interesses dos grupos que apoiavam a posse de Goulart, ou seja, buscava algumas reformas, mas nada que abalasse o processo democrático.

As medidas adotadas para conter e estabilizar a economia eram de cunho conservador, assim como as políticas implantadas no governo de Quadros. No programa de governo proposto eram estabelecidos os seguintes objetivos: aumentar a taxa de crescimento da economia para 7,5% ao ano; absorver a mão-de-obra dos subempregos; aliviar as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, diminuindo os desequilíbrios na distribuição de renda e promovendo as condições mínimas de infraestrutura; estabilizar os preços; equilibrar o balanço de pagamentos, que no ano de 1961 estava deficitário em US\$ 420 milhões; diminuir os desequilíbrios regionais e ampliar a estrutura, adaptando o setor industrial às necessidades de emprego e aumentar a produtividade na agricultura (ABREU, 1989).

Para atingir esses objetivos, o governo iria aumentar a taxa de poupança com uma reforma fiscal e a contenção dos gastos das empresas públicas, melhorando a disposição dos investimentos e iniciando técnicas de planejamento. No tocante às políticas monetária, bancária e financeira, o governo estabeleceu medidas de emergência, controlando o crédito para manter a oferta monetária constante. Propôs uma reforma institucional, criando o Banco Central e mudando a legislação bancária, estimulando o mercado de capitais (ABREU, 1989).

Com as medidas adotadas, os resultados econômicos em 1961 foram razoáveis, a inflação manteve-se estável em, aproximadamente, 30%, o PIB cresceu a uma taxa de 8,6% e o balanço de pagamentos foi beneficiado pela recuperação das exportações, que neste ano foram superavitárias em US\$ 115 milhões, e pela nova negociação da dívida externa (ABREU, 1989).

Mesmo considerado conservador em sua maioria, este governo tomou duas decisões, que segundo Toledo (1986, p. 26), foram amplamente apoiadas pelos setores progressistas e nacionalistas. Tais medidas foram o cancelamento das autorizações de exploração das jazidas de ferro à Companhia de Mineração Novalimense, a qual era de domínio da empresa norte-

americana Hanna Corporation e, a segunda medida foi, o restabelecimento dos contatos diplomáticos e comerciais com a União Soviética, dando continuidade à política externa independente, amplamente divulgada pelo ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas.

Neste meio tempo, Jango tentava firmar seu governo, insistindo em seus princípios anti-comunistas e na lealdade ao sistema democrático. Ele sabia que teria que convencer os Estados Unidos e as organizações monetárias internacionais de suas intenções. Em visita a Washington no mês de abril de 1962, teve sucesso e conseguiu 131 milhões de dólares para ajudar o nordeste do país, garantindo que o Brasil era independente, mas nunca neutro, e contrário a regimes totalitários (SKIDMORE, 2010; TOLEDO, 1986).

A esquerda, nesta época, começava a pressionar o governo para uma reforma mais profunda, não desejavam saídas de compromisso ou concessões. Por conta, Jango então passa a defender a necessidade de mudanças radicais, isto para manter a imagem de líder da esquerda e superar os graves problemas sociais, econômicos e políticos que abalavam o Brasil (RUBIATTI, 2008). Jango enfatizava as reformas de base ao mesmo tempo que articulava para mostrar à população e ao Congresso a necessidade do retorno ao presidencialismo.

E com a proximidade das eleições do Legislativo em outubro de 1962, todos os membros do governo começaram a se afastar do gabinete, isto em face da exigência legal de que os membros do Executivo teriam que se desligar do mandato para concorrer às eleições para cargos legislativos. Conforme Rubiatti (2008, p. 133), seria esse o principal motivo que levou o Congresso a pressionar o primeiro gabinete para que renunciasse, causando a queda deste, que já não contava com o apoio do presidente. E é assim que termina o primeiro Conselho de Ministros.

Por conta de já estar em vista por Goulart uma antecipação do plebiscito que iria decidir o sistema de governo, o presidente tentou minar as possibilidades de um gabinete parlamentarista que fosse viável e buscou garantir o controle sobre a nomeação de um conselho que o ajudasse a recuperar os poderes presidenciais plenos.

João Goulart então indicou, para o cargo de Primeiro Ministro, Brochado da Rocha, um político gaúcho não muito conhecido nacionalmente. O Congresso, em meio as pressões de uma greve geral que poderia ser proclamada pelos trabalhadores, aprova o nome de Brochado no dia 10 de julho. A aprovação do indicado representou para Jango uma vitória na direção de antecipar o plebiscito, segundo Rubiatti (2008, p. 138), pois o gabinete seria subordinado ao presidente.

Os principais objetivos deste novo Conselho de Ministros era a antecipação do plebiscito sobre a forma de governo e o combate à inflação, mas foi marcado sobretudo por uma incrível vontade de transformar o sistema e, desta forma, estava diretamente ligado à implantação de reformas de base, conforme Abreu (1989, p. 204).

No campo econômico, as metas eram estabilizar a economia através do combate à inflação e converter as reformas de base em realidade. No tocante ao combate à inflação, a meta era manter a taxa estável em 60% no ano de 1962 e reduzi-la para 30% em 1963, para isto daria continuidade à política do primeiro gabinete, contendo o aumento dos preços através do corte no ritmo expansionista dos meios de pagamento e nos gastos públicos, incluindo a redução de despesas de custeio, a eliminação gradual de subsídios a produtos que pudessem ser adquiridos pelos consumidores, a adoção de tarifas de serviços públicos mais realistas, etc, na busca pela redução dos preços (ALMEIDA, 2010).

Para tentar cumprir com este objetivo de seu programa de governo e poder realizar as reformas, o Primeiro-Ministro solicitou ao Congresso poderes para o governo legislar por decreto sobre assuntos específicos, voltados para as reformas desejadas (RUBIATTI, 2008). Mas tal solicitação foi negada, pois a UDN e o PSD, expressando os interesses de proprietários e associações rurais e da burguesia associada ao capital internacional, foram contrários ao pedido, alegando que o regime de Jango estava ligado ao comunismo e tramavam um golpe para conseguir poderes extraordinários. Ao assumir como chefe de governo, Brochado, então, mesmo com a negativa do Congresso para os poderes especiais, começa uma intensa campanha para antecipar o plebiscito, a proposta inicial era realizá-lo em dezembro de 1962.

O governo contava com um amplo apoio no centro e na esquerda para a volta ao presidencialismo, o presidente e seus aliados políticos não queriam que o parlamento funcionasse, esperavam que a ineficiência deste pudesse levar a antecipação do plebiscito. Assim, no dia 14 de setembro, em meio à crise política, o primeiro-ministro renuncia por conta aos conflitos sobre o projeto de lei do plebiscito.

O último Conselho de Ministros na história republicana do Brasil foi presidido por Hermes Lima, seu gabinete pode ser considerado como a preparação para a volta ao presidencialismo, pois sua nomeação ocorreu após a data do plebiscito ser marcada. Com o início do terceiro gabinete surgiram também acusações contra o governo em virtude deste dar atenção “exclusiva” para a antecipação do plebiscito e menosprezar os problemas econômicos que o país estava enfrentando. Para conter tais acusações, Jango nomeia Celso Furtado para

delinear um plano de desenvolvimento econômico nacional, assegurando o crescimento rápido e a estabilidade de preços, mas era um momento difícil para implantar novas políticas em decorrência das eleições em outubro de 1962 (SKIDMORE, 2010).

No final deste ano, a instabilidade política afeta claramente o comportamento das variáveis econômicas. Conforme Abreu (1989, p. 205), o controle sobre as contas do governo, que havia sido restabelecido com o gabinete de Brochado, foi perdido. A taxa de crescimento do PIB real reduziu-se para 6,6%, comparado à 8,6% no ano anterior. Os níveis de preços tiveram um aumento de 53,7%. As despesas do governo cresceram na ordem real de 11,5%, perante um crescimento real das receitas de 4%. O balanço de pagamentos deteriorou-se em decorrência da redução nas exportações, as contas externas fecharam o ano com um déficit de US\$ 346 milhões no balanço, mas não há evidências de efeitos graves no sistema de câmbio e a taxa de investimento se recupera e passa a ser de 15,5% do PIB, com base em Melo, Bastos e Araújo (2006, p. 21). Durante o parlamentarismo há um grande aumento na taxa de inflação, chegando a quase 7% no mês de janeiro de 1962 e fechando o ano e o terceiro gabinete, com uma taxa de 5% em dezembro.

O plebiscito marca o final do regime parlamentarista com a vitória esmagadora do presidencialismo. Ocorre, então, no início do ano de 1963, o plebiscito que iria restaurar o regime presidencialista com uma vitória esmagadora: 12 milhões de eleitores (80% dos votos válidos) votaram pelo retorno do antigo regime, numa proporção de 5 votos para 1 (MELO; BASTOS; ARAÚJO, 2006). Após a vitória no plebiscito, em 23 de janeiro de 1963, João Goulart então assume a presidência agora com os poderes de um chefe de governo.

3. Governo João Goulart – período presidencialista: das condições de preparação ao golpe de Estado

O governo de Goulart agora legitimado iria atuar em um cenário que contava com diversos grupos. Havia uma crescente radicalização tanto a direita quanto a esquerda, os extremistas insistiam em buscar soluções antidemocráticas, crendo que todos poderiam ganhar caso houvesse a queda da democracia política. Mas apesar de ocorrer uma radicalização crescente no início de 1963, a maioria dos brasileiros ainda era de centro, pois eram favoráveis à democracia e a utilização de capital estrangeiro, mas com a supervisão governamental. E tinham como base a classe média urbana, que era a favor da ordem constitucional e da industrialização (SKIDMORE, 2010).

No tocante ao sistema partidário, a crise de representatividade começa a se evidenciar. Tal crise ocorre em consequência da “luta ideológica de classes - que se expressava pelo confronto entre diferentes orientações acerca das reformas sociais (radical, modernização-conservadora, anti-reformismo) e acerca do nacionalismo (antiimperialismo, nacionalismo moderado, entreguismo) implicará na divisão dos grandes partidos em alas e facções, cujos pontos de vistas sobre aquelas questões eram, frequentemente, irreconciliáveis (TOLEDO, 1986).

Nesse contexto, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP) duas entidades que atuavam com a predisposição de articular progressistas e conservadores, respectivamente, que eram vinculados a diferentes partidos, ganham força política e a aderência de novos membros. O fortalecimento dessas “organizações” demonstra o aumento das contradições sociais e da consequente luta de ideologias e classes. E o determinado “realinhamento do sistema partidário”, que se dá no início dos anos 1960, realiza-se através destes dois “novos” partidos dentro do Congresso. Nas votações na Câmara, a fidelidade dos membros era com essas novas entidades e não aos partidos que pertenciam (TOLEDO, 1986).

Mas não é só nos partidos políticos que se pode notar uma articulação em grupos de interesses, ocorreu uma movimentação envolvendo a política e suas ideologias em diversos setores da sociedade. À esquerda, no âmbito dos trabalhadores, na década de 50, sob o ideal das lutas nacionalistas, surgiram diversas organizações que seriam os embriões do Comando Geral dos Trabalhadores, a instituição que iria liderar as lutas sindicais no início da década seguinte. Já nos anos 1960, coloca-se que o movimento sindical no Brasil alcançou um dos momentos de maior atividade, lutando conjuntamente com as demais organizações nesta conjuntura de crise.

E é nesta época que surge o Comando Geral de Greves, através dos líderes comunistas e trabalhistas que apoiavam o governo de Goulart. O CGT esteve envolvido intensamente na política, mantendo alianças sindicais e decretando greves em defesa da continuidade do regime democrático e do governo de Goulart. Propunham, a partir da ideologia nacional-reformista, que o governo se comprometesse com soluções para a estrutura brasileira como: uma reforma agrária radical; reconhecimento dos sindicatos rurais; uma política de habitação popular (NEVES, 1997). Em decorrência de tamanha interferência na política, os líderes do comando eram reconhecidos como interlocutores do presidente da República, tomando a fama de “Quarto Poder”, conforme Toledo (1986, p. 74).

No tocante aos trabalhadores rurais, estes se afirmaram como uma das grandes novidades no final dos anos 50 e início dos 60, sendo atores de grande importância para a cena política da época. Com a entrada nos anos 1960, os processos no campo começaram a se acirrar e as lutas se intensificaram, ocorreram ocupações de terras, greves e manifestações nas grandes cidades. As organizações rurais ou, como eram conhecidas, as Ligas Camponesas empunham então a bandeira da reforma agrária, associando-se às demais organizações políticas de todo país que aclamavam pela realização das reformas de base em passeatas, comícios, manifestações e pressões diretas sobre o Congresso. Conjuntamente com as ligas haviam os sindicatos rurais, buscando reforçar a “consciência proletária” dos camponeses, incentivar greves, etc., e logo aderindo também a luta pela reforma agrária.

Em relação ao movimento estudantil, o terceiro grupo que se intensifica neste período, pode-se colocar que foi a partir de meados da década de 50 que efetivamente começa a politização do meio universitário. Conforme Martins Filho (1997, p. 79), esse processo não procede por influência dos comunistas, mas sim, por uma tendência moderada, para os padrões da época, que era a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC), duas organizações ligadas a Igreja católica com grande influência no universo estudantil.

Estes dois grupos têm grande influência na politização do movimento universitário e, na década de 1960, aparecem como os grandes porta-vozes da classe média na universidade. Nos anos de 1961 e 62, a UNE estava comprometida com a reforma universitária e esta era a principal bandeira do movimento, mas as reivindicações vão se radicalizando e postulam, como tarefa política imediata a formação de uma aliança entre os operários, as ligas camponesas e os estudantes.

Com relação às organizações à direita, até os anos 1960, a imprensa como uma indústria de comunicação em massa poderia ser considerada incipiente e partidária, pois refletiam os interesses dos partidos, mesmo não recebendo recursos destes. Um exemplo seriam os jornais O Estado de S. Paulo, a Folha de São Paulo e O Globo, no Rio de Janeiro, que defendiam os conceitos e ideais da UDN, enquanto o jornal Última Hora era partidário do PTB.

A partir desta década, o jornalismo político conheceu seu apogeu, conforme Abreu (2006, p. 108), pois a conjuntura nacional foi marcada pelo engajamento político em busca de uma sociedade mais justa e igualitária a partir de movimentos de diversas orientações. Mas apesar desta busca por mudanças sociais, o alinhamento da maioria dos jornais as posições

político-ideológicas dominantes era contrário as alterações estruturais, pois os proprietários dos jornais e alguns jornalistas tinham um ponto de vista conservador e não queriam que o status quo social fosse alterado, assim como, os militares de direita e os empresários.

Ao observar o comportamento da imprensa neste período pode-se destacar três fases: a primeira seria logo após a renúncia de Jânio Quadros (25/8/1961), com o apoio a continuidade do sistema e da democracia; a segunda seria o apoio ao parlamentarismo (2/9/1961) e ao plebiscito (6/1/1963) e; a terceira seria na segunda metade de 1963, quando começa a se distanciar do governo de Jango perante a sua radicalização. E, com os acontecimentos nos primeiros meses de 1964 e a aproximação do governo da esquerda radical, a imprensa retirou o apoio a Goulart e foi mudando o discurso, se aliando aos grupos favoráveis a destituição do presidente.

Na primeira fase, o assunto a dominar todos os canais de comunicação, assim como, o Congresso, os sindicatos e demais organizações, foi a garantia que a democracia iria prevalecer sobre a vontade dos militares e seu veto no período turbulento entre a renúncia de Jânio e a posse de Goulart, em meados de 1961.

Já na segunda fase, após a aprovação do ato que iria instituir o parlamentarismo e do aceite desta solução por diversas correntes políticas, a imprensa apoiou o novo regime. Neste mesmo contexto as denúncias sobre a ligação do presidente com o comunismo aumentam em decorrência deste ter reatado os contatos com a União Soviética. E estes mesmos jornais se colocaram a serviço do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, o IPES, e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD – organizações empresariais que defendiam os interesses da elite - na divulgação de notícias de cunho anticomunista (DREIFUSS, 1981).

Mas em meados do ano de 1963, já com o governo de João Goulart legitimado, a imprensa começa a se afastar ainda mais deste em função do governo incentivar medidas de cunho radical em defesa das reformas de base. Mas a grande cisão entre o governo e a imprensa ocorreu após o pedido de Estado de Sítio feito pelo presidente em outubro deste mesmo ano. Desta fase em diante, a relação de Jango com a imprensa começa a desmoronar, e os jornais que antes o apoiavam, agora também estavam contra ele.

No tocante à Igreja, esta seria o canal mais eficiente de divulgação dos ideais conservadores. Ao final dos anos 50 e início dos 60, o esforço para manter a estrutura social vigente foi levado até o clero. Novas posições e percepções surgiram pelos níveis mais baixos da hierarquia da igreja e membros mais esclarecidos começavam a desafiar as atitudes tradicionais tomadas pelo alto clero e membros da direita.

Mas a Igreja se mostrava de extrema importância para a classe média urbana, empresários e militares, organizados em torno do complexo IPES/IBAD, pois iria proporcionar a comunicação necessária com as classes populares, sendo uma instituição com uma estrutura nacional, atingindo tanto a classe média composta por estudantes, intelectuais, os movimentos feministas e os militares, como as classes camponesas e os trabalhadores urbanos.

Foram organizadas manifestações públicas por setores católicos da classe média e incentivadas por políticos conservadores da ADP, pelos empresários do complexo IPES/IBAD e pelos movimentos feministas. Uma dessas manifestações foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu milhares de pessoas contra o regime de governo de João Goulart as vésperas do golpe de 1964. Condenavam a política populista e o comunismo, considerados políticas antidemocráticas, pois sufocavam a liberdade individual e impediam que a verdadeira democracia vigorasse (CODATO; OLIVEIRA, 2004).

No início dos anos 1960, ganham força também duas categorias sociais: os interesses multinacionais e associados e os trabalhadores industriais, estas duas classes juntas, mesmo que opostas, terminaram com o mito de um Estado neutro desenvolvido pelo governo de JK. Os interesses multinacionais eram representados por uma elite orgânica composta por empresários, intelectuais e militares. E com todas as mudanças nacionalistas que estavam à vista, viram a necessidade de tomar o controle político da administração do Estado, o que seria empreendido pelas organizações IPES e IBAD (DREIFUSS, 1981). Isto para manter a estrutura social vigente a época e impedir que os trabalhadores ganhassem um espaço maior no governo. E a formação de grupos de ação iria ajudar os empresários na estratégia de “controle” do governo político e influenciar a opinião pública.

Tanto o IPES quanto o IBAD possuíam suas origens no final da administração de JK. O IPES passou a existir oficialmente em novembro de 1961, sendo composto por grupos com diferentes ideologias, mas que possuíam em comum as relações multinacionais e associadas, um posicionamento anticomunista e a ambição de reformular o Estado. Por sua vez, o IBAD agia como uma unidade tática e era responsável pelo “jogo sujo”, com a manipulação de recursos de fontes questionáveis e diversas outras corrupções (DREIFUSS, 1981). Cuidava de penetrar no poder legislativo, intervindo em assuntos nacionais e regionais, fornecendo dinheiro, matérias para campanhas e divulgação dos ideais para candidatos que se comprometessem, após eleitos, em seguir as orientações contra o comunismo (OLIVEIRA, 2008).

O complexo IPES/IBAD significou a ascensão da supremacia econômica multinacional-associada para uma força política de liderança, sendo caracterizado como o verdadeiro partido da burguesia e com os objetivos de ir contra o governo nacional-reformista de Jango e contra todas as organizações que o apoiavam (DREIFUSS, 1981).

Com as várias organizações unificadas e com uma liderança comum, é lançada a campanha político-militar que iria mobilizar a burguesia, convencendo diversos setores das Forças Armadas e do empresariado tradicional, assim como, a passividade das camadas subalternas, conforme Dreifuss (1981, p. 229), visando competir com os interesses políticos, o trabalhismo e a esquerda pelo controle do Estado, impedindo a solidariedade com a classe trabalhadora, contendo a sindicalização e mobilização dos camponeses, enfraquecendo o movimento estudantil e bloqueando as forças nacional-reformistas no Congresso e, conjuntamente, mobilizando as classes médias como representantes da burguesia empresarial.

O complexo, então, começou a manipular os grupos sociais, influenciando através de organizações e membros internos. E viam nos militares o modo de obter o apoio político necessário para implantar seu programa de governo modernizante-conservador, uma vez que a população não iria apoiar tal programa.

Mas uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada em 1963 para investigação de todas as irregularidades dentro das instituições. As investigações revelaram que o IBAD e suas linhas de atuação haviam cometido corrupção eleitoral, mas fracassou em provar a ligação entre os institutos por não possuírem uma fonte financeira comum, por nenhum membro participar das duas entidades e por não provarem uma ação conjunta. Mas em setembro, o presidente João Goulart assina um decreto encerrando as atividades do IBAD com a justificativa de comportamento inconstitucional (DREIFUSS, 1981).

Os empresários foram uma força politizada com um plano político e de ação que tinha por meta conquistar o poder do Estado, sendo o golpe o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Dreifuss (1981) coloca que o bloco empresarial apenas recorreu a intervenção militar para deferir o “golpe final” no Estado. Os empresários acreditavam que os militares iriam agir como “restauradores da ordem” e depois iriam entregar o poder para o bloco, o que não ocorreu. Os militares seguiram no poder e implantaram um governo autoritário no país.

Perante estes grupos sociais e políticos, de janeiro a junho de 1963, o presidente se dedicou a uma séria tentativa de minar os problemas nacionais como parte de seu plano. Goulart pretendia fazer um jogo político duplo, segundo Skidmore (2010, p. 278), iria

negociar para tentar conseguir o apoio do centro, baseando-se no programa de reformas, e, ao mesmo tempo, iria fortalecer a estrutura sindical de poder. E o fato de Jango manter os setores sindical e trabalhista em alta escala, provava para seus inimigos, que ele iria usar o apoio numa trama presidencial para assumir o controle do Estado com forças extraparlamentares. Este fantasma iria assombrar os primeiros meses da presidência de Goulart.

Neste período é apresentado o Plano Trienal para estabilizar a economia e promover as reformas de base tão necessárias para voltar a desenvolver o país e obter o crescimento econômico. Mas tais medidas trouxeram desconforto para vários setores da sociedade por conta dos sacrifícios que estes deveriam fazer em benefício da estabilização e logo foram abandonadas.

Durante o governo de Jango e, principalmente em 1963, o sistema partidário brasileiro acercou-se da condição de pluralismo polarizado, ou seja, o sistema estava sendo corroído por um processo simultâneo de fragmentação e radicalização. O processo de fragmentação política, tanto dentro como fora do Congresso, começou logo após a posse de Jânio Quadros, com os conflitos causados por sua inovadora política externa independente que causaram cisões nos principais partidos conservadores, o que levou membros a criarem alas dentro dos próprios partidos com aqueles que apresentavam uma visão diferente. Conjuntamente com a fragmentação, ocorreu uma polarização ideológica, as facções dentro dos partidos começaram a seguir ideologias contrárias e a se tornarem radicais na defesa destas. O sistema agora era denominado de pluralista polarizado, pois havia grupos radicalizados ocupando posições ideológicas diferentes. E um sistema neste nível gera uma incapacidade no Congresso em decidir e implantar medidas políticas, ou seja, a improdutividade (SANTOS, 1986).

Enquanto o governo tentava se organizar, as entidades civis a esquerda – o CGT, as ligas camponesas e a UNE – se uniam na defesa de um governo democrático e na busca pelas reformas de base, lançando um ambicioso programa de mobilização política, assim como, os conspiradores militares aumentaram seus esforços para conquistar aqueles oficiais que eram a favor da legalidade e os movimentos de oposição IPES e IBAD mostravam-se mais fortes e organizados, planejando uma eficiente e intensa campanha em prol da defesa do país contra o comunismo de Jango e as mudanças estruturais propostas que iriam alterar o status de classe dominante, isto conjuntamente com a imprensa e a Igreja que possuíam alcance nacional e influenciavam em todas as classes urbanas ou rurais. Como coloca Skidmore (2010, p. 299), nesta época o consenso público no Brasil se desintegrava, os grupos extremos proclamavam

sua descrença na política democrática. E a experiência de Jango com a esquerda moderada servira apenas para fortalecer o processo de mobilização e polarização.

Em outubro de 1963, perante as suspeitas tanto da direita como da esquerda, o governo de Jango acabaria se isolando politicamente, a ambiguidade e debilidade política se confirmariam com o pedido de estado de sítio por parte do governo. No dia 4, o presidente envia ao Congresso uma mensagem solicitando o decreto de estado de sítio pelo prazo de 30 dias, a justificativa seria a necessidade de o Executivo obter poderes especiais para conter a grave comoção com caráter de guerra civil que colocavam em perigo as instituições democráticas e a ordem política. Por diferentes razões, todos os grupos políticos e associações de classe se opuseram ao estado de sítio, os setores nacionalista e de esquerda viam no pedido uma grave ameaça as liberdades democráticas e aos ideais progressistas, já a direita via uma tentativa de golpe tramada por Goulart com o objetivo de manter-se no poder estabelecendo uma ditadura (TOLEDO, 1986).

Contudo, com tal reação negativa, Goulart retira o pedido três dias após, alegando novas circunstâncias, mas a verdade era que o presidente perdera a coragem. E a ação de João Goulart confirmou os temores de muitos oficiais importantes dentro das Forças Armadas que até aquele momento haviam relutado em participar da rede de conspirações para derrubar o presidente e, a partir de então, um grande número de oficiais começam a organizar uma conspiração intitulada de defensiva, pois não iriam tomar a iniciativa, mas poderiam conter ou impedir possíveis ataques contra a Constituição, sendo liderados por Castello Branco.

Tendo adotado uma política de se deixar levar no final de 1963, desmoralizado e desacreditado pelo centro e pela esquerda moderada, o presidente passou a usar um discurso mais dramático no início de 1964, voltando-se efetivamente para a esquerda radical.

Entretanto, para a direita brasileira e para a embaixada norte-americana não havia mais dúvidas quanto a “esquerdização” do governo de Goulart, assim como, a tomada do poder pelos comunistas. O acúmulo de medo nos campos centrista e conservador fizeram com que esses se aproximassem ainda mais das alas da sociedade que desejavam o golpe. E Motta (2006, p. 146) coloca que “o temor ao comunismo foi o cimento da mobilização antiGoulart, o elemento que propiciou a unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do presidente. O objetivo principal não era dar o golpe, mas combater os comunistas e a ameaça revolucionária. O recurso à solução autoritária era um meio para eliminar tais perigos, não um fim”.

E se a direita começava a se organizar e “fechar o cerco”, nem todos os setores da esquerda apoiavam, incondicionalmente, o presidente da República, pois o episódio do estado de sítio deixou muitas desconfianças quanto as intenções presidenciais. Com esta polarização dentro da esquerda, Jango não conseguiria formalizar uma coalizão que pudesse apoiá-lo em suas decisões e na busca pela aprovação das reformas de base. Uma das razões para tal acontecimento é a fragmentação política do sistema, assim como, a falta de esforço do presidente para reorganizar as forças partidárias e montar uma aliança a seu favor, sendo a única esperança para retomar o desenvolvimento e o controle do governo, o despertar da maior parte da população através de uma série de comícios nas grandes cidades, mobilizando a maioria que estava a favor das reformas de base e, ao demonstrar tal apoio maciço, o presidente poderia colocar em prática as reformas através de decretos (SKIDMORE, 2010; SANTOS, 1986).

O primeiro comício, de uma série que deveria ocorrer em todo país, foi realizado no dia 13 de março de 1964 na Guanabara e tinha por objetivo demonstrar o apoio popular as propostas de reforma de base do governo e pressionar o Congresso para a aprovação de diversos projetos. E, assim como os jornais já acreditavam, diante do discurso de Jango para milhares de pessoas, a direita, os militares e o centro pró-legalidade foram convencidos de que o presidente deixara de acreditar no processo democrático. São organizadas, então, manifestações civis para demonstrar o desagrado da classe média urbana com o governo, em São Paulo é realizada, no dia 19 de março, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

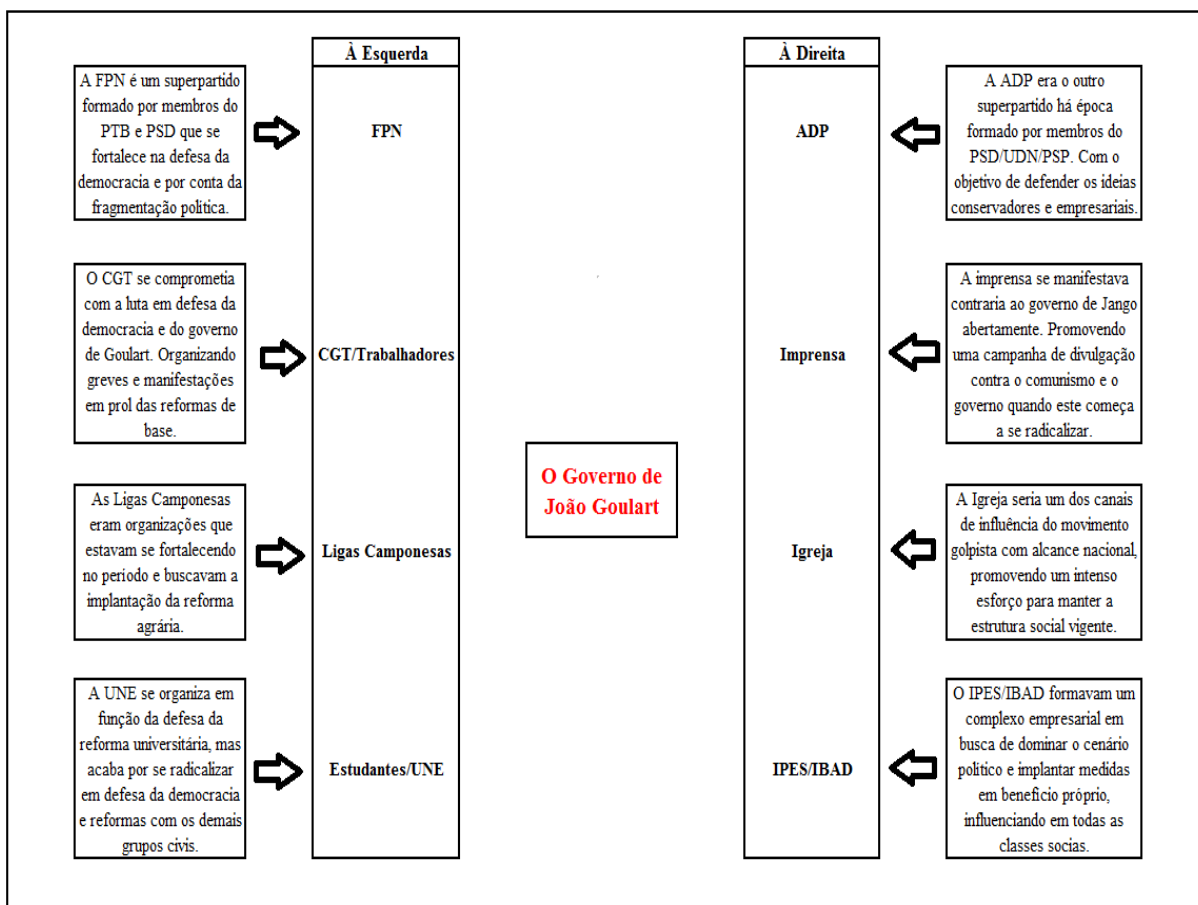
Com relação aos militares, estes já vinham articulando e preparando uma intervenção desde os primeiros dias do mandato de João Goulart. Os descontentes aumentavam a cada ação do governo e com isso a conspiração que antes era desarticulada e dividida em várias alas dentro das Forças Armadas, conseguiu unificar-se com a liderança do general Castello Branco.

Entretanto, não havia uma data certa para dar início a manifestação que iria derrubar o presidente e o estopim para a data ser marcada foi uma nova revolta nas Forças Armadas, a chamada Revolta dos Marinheiros, na qual um grupo de mais de 1000 marinheiros e fuzileiros navais se reuniram para comemorar o aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que era proibida. Para conter a manifestação foram enviados fuzileiros navais, mas estes ao chegarem ao local na Guanabara, se solidarizaram com os manifestantes. Estes foram convencidos a se entregarem e foram presos, mas logo foram anistiados pelo ministro da Marinha. O ato de anistia foi denunciado por organizações dentro das Forças

Armadas, pois um ato de indisciplina não poderia ser acobertado pela autoridade constituída, ferindo a hierarquia dentro da ordem. E o general Castello já havia dito que a demissão do ministro da Marinha seria a senha para depor Jango, deste modo, a data estava marcada: 2 de abril de 1964.

E como se quisesse dar mais um motivo para o golpe, Jango vai a uma reunião no dia 30 de março no Automóvel Clube e num discurso transmitido por rádio e televisão, faz uma denúncia sobre as pressões que estava sofrendo e coloca que o golpe estava sendo financiado pelo imperialismo e pela burguesia associada, o discurso tinha o tom de despedida (TOLEDO, 1986).

Com tal discurso de Jango, o general Mourão Filho decidiu que era hora de agir e deslocou uma parte do Primeiro Exército que estava em Minas Gerais para marchar até o Rio de Janeiro, as demais tropas do Primeiro Exército que estavam no Rio e em São Paulo se juntaram aquela que estava vindo de Minas e não defenderiam João Goulart. Na manhã do dia 1º de abril, Jango viu que sua situação era insustentável, e tomou um avião com destino a Brasília na esperança de resistir, a qual encontrou insustentável, e poucas horas depois continuou sua fuga em direção ao Rio Grande do Sul, recusando-se a autorizar uma resistência, e, após, se isolou no Uruguai. E naquela mesma noite de 1º de abril, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência do país (SKIDMORE, 2010).



Fonte: Elaboração própria.

Figura 1 - As organizações e seus posicionamentos durante o Governo Goulart no Brasil – agosto.1961- março.1964

A intervenção militar de 1964 mudou ilegalmente as regras do jogo, excluiu vários atores do cenário político e procedeu à montagem das reformas institucionais que deram impulso ao recém-criado regime autoritário, sendo a intervenção uma consequência da fragmentação e radicalização dos partidos, da polarização ideológica e da falta de uma coalizão partidária para dar estabilidade ao governo, na opinião de Santos (1986, p. 81). Estes três processos juntos deram origem a paralisia decisória, confirmando o julgamento de que o governo brasileiro estava quase que inteiramente paralisado em 1964 e o golpe resultou mais da imobilidade do governo de João Goulart do que por conta do temor comunista, das interferências partidárias, das mobilizações civis ou de qualquer política pretendida pelo governo. A Figura 1 sintetiza as organizações, à esquerda e à direita, bem seus posicionamentos durante o

governo João Goulart.

4. Plano Trienal – o último canto do cisne: limites econômicos e políticas de implementação

No campo econômico, com o retorno do governo ao presidencialismo após o plebiscito no início de 1963, iniciou-se a execução do Plano Trienal como medida para solucionar os problemas da crise que já se arrastavam desde os governos anteriores. Era imprescindível um programa para equilibrar a economia e concomitantemente trazer o desenvolvimento para o país, sendo uma ação disciplinada e com a adoção de um planejamento por parte do governo, guiado pelos objetivos políticos e sociais do país, obtendo a eficiência na utilização dos recursos e evitando o desperdício de esforços em objetivos mal formulados, com base em Moreira (2011, p. 168). Este programa seria conhecido por Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965).

O Plano foi elaborado por Celso Furtado e lançado em dezembro de 1962. Apresentado por Jango antes mesmo do plebiscito que iria definir o destino do governo, porém, executado já no período presidencialista, o Plano era definido como uma estratégia de estabilização e desenvolvimento, com as reformas de base, e muitos acreditavam que o programa de Furtado iria dar início a solução dos problemas socioeconômicos do país (ALMEIDA, 2010).

Seria um esforço entre medidas ortodoxas e restritivas, de cunho monetarista, para conter os gastos públicos e a demanda, diminuindo as pressões inflacionárias em decorrência da estagnação no processo de substituição de importações e levando a estabilidade, conjuntamente, com a realização das reformas de base, medidas estruturalistas para alterar os pontos de estrangulamento da estrutura social, política e econômica vigente no país e, assim, promover o desenvolvimento social unido a estabilidade da economia brasileira, mantendo o Estado num papel determinante de regulador e promotor das políticas.

Assim, o programa buscava conciliar objetivos conjunturais e estruturais - visando a estabilidade, a industrialização e as reformas de base, por conta, as medidas que seriam implantadas assentavam-se em duas linhas distintas. A primeira diz respeito as ações de curto prazo que tinham por objetivo a sustentação do crescimento econômico e ao controle do processo inflacionário por meio da política econômica. Enquanto a segunda linha referia-se as medidas estruturais, de longo prazo, que propunham um novo direcionamento para a

economia (MOREIRA, 2011). E dentro destas duas linhas de tempo, conforme Furtado na síntese do Plano Trienal (1962) *apud* Muntel, Ventapane e Freixo (2006, p. 51), a política de desenvolvimento visava os seguintes objetivos básicos:

1. Assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional combatível com as expectativas de melhoria de condições de vida que motivam, na época presente, o povo brasileiro.
2. Reduzir progressivamente a pressão inflacionária, para que o sistema econômico recupere uma adequada estabilidade de nível de preços.
3. Criar condições para que os frutos do desenvolvimento se distribuam de maneira cada vez mais ampla pela população, cujos salários reais deverão crescer com taxa pelo menos idêntica à do aumento da produtividade do conjunto da economia, demais dos ajustamentos decorrentes da elevação do custo de vida.
4. Intensificar substancialmente a ação do Governo no campo educacional, da pesquisa científica e tecnológica, e da saúde pública, a fim de assegurar uma rápida melhoria do homem como fator de desenvolvimento.
5. Orientar adequadamente o levantamento dos recursos naturais e a localização da atividade econômica, visando a desenvolver as distintas áreas do país e a reduzir as disparidades regionais de níveis de vida.
6. Eliminar progressivamente os entraves de ordem institucional, responsáveis pelo desgaste de fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas, em determinados setores produtivos.
7. Encaminhar soluções visando a refinar adequadamente a dívida externa, a qual, não sendo propriamente grande, pesa desmesuradamente no balanço de pagamentos por ser quase toda a curto e médio prazo. Também se tratará de evitar agravamento na posição de endividamento do país no exterior, durante o próximo triênio.

Paralelamente aos objetivos apresentados, o Plano Trienal abordava o tema das Reformas de Base. As reformas iriam aliviar os pontos de estrangulamento na estrutura econômica e social que impediam o retorno do desenvolvimento ao país e acabaram por se tornar o tema dominante na política brasileira durante os dois anos do governo Goulart, mas não porque eram o assunto principal dos comícios públicos, da pregação da esquerda, da imprensa ou dos discursos partidários e, sim, por serem necessárias para livrar o país dos gargalos estruturais.

Desta forma, o presidente entendia as necessidades do país pelas reformas e para realizá-las iria precisar de modificações na Constituição. Estas mudanças estruturais seriam o maior objetivo de Goulart durante seu governo, colocando que estas proporcionariam a independência econômica do Brasil e com as quais poderia ampliar a sua base de sustentação política.

Mas antes mesmo de ser implantado, o Plano já causava controvérsias e reações dentro do sistema partidário. Isto por conta da reforma administrativa que deveria ocorrer para que a estratégia de estabilização e desenvolvimento pudesse ser executada amplamente. A reforma administrativa tinha por objetivo levar a uma maior racionalização das instituições públicas e,

com isso, aumentar a eficácia da intervenção estatal na economia, mas ocorreram manifestações contrárias por conta do medo dos parlamentares de perder seus privilégios.

Com todas as reações adversas, a reforma administrativa não se concretizou e a economia não pode ser colocada sob um controle centralizado e racional. E este fracasso repercutiu em todos os níveis do processo decisório, conforme Silva (1992, p. 160), e no Plano Trienal, pois não poderia ocorrer planejamento se os poderes Legislativo e Executivo não trabalhassem conjuntamente, se não houver coordenação nas decisões do Executivo, se a administração não possuir a integração necessária para colocar em prática as atividades que lhe são encarregadas, entre outras.

Reformas	Objetivos
Administrativa	Modificar a estrutura do Estado, adaptando-o a nova realidade brasileira - planejamento sistêmico.
Agrária	Redistribuição da terra, criando numerosas classes de pequenos proprietários - assentamentos em áreas improdutivas.
Bancária	Criação de sistema financeiro comprometido com as prioridades nacionais: criação de um Banco Central.
Eleitoral	Concessão de voto aos analfabetos (cerca de metade da população adulta) e a todos os militares.
Cambial	Regulamentação e controle dos investidores estrangeiros e da remessa de lucros, incentivo às exportações; e diminuir a evasão de divisas.
Universitária	Ensino e pesquisa dirigidos às necessidades sociais e nacionais, democratização e ampliação do ensino.
Urbana	Planejamento e regulamentação do crescimento das cidades, desapropriações de lotes urbanos.
Tributária	Ênfase na arrecadação dos impostos diretos.

Fonte: MOREIRA (2011, p. 261)

Quadro 1: Proposta de reformas estruturais do Governo João Goulart no Brasil, 1963.

Uma das políticas que causou mobilizações na sociedade e grandes críticas ao Trienal foi o tratamento que este pretendia dar ao capital estrangeiro, sendo a renegociação da dívida e a entrada de novos investimentos externos no país uma condição essencial para o caminhar do Plano, portanto, eram necessárias novas negociações com os Estados Unidos e com o FMI e uma disposição por parte do governo brasileiro para conceder benefícios que iriam desagradar os setores nacionalistas da sociedade.

E para conseguir renovar seu crédito externo, João Goulart se encontrou com o Procurador Geral dos Estados Unidos, Robert Kennedy, para mostrar o Plano e questionar sobre a possível ajuda financeira dos norte-americanos, mas o procurador estava mais

interessado em saber sobre as denúncias de infiltração do comunismo no governo de Jango, e o resultado do encontro não foi satisfatório (SILVA, 1992).

Quando as negociações acabaram e o novo financiamento ficou condicionado ao sucesso das negociações com os demais organismos credores do país e a eficiência das políticas restritivas do Plano, ocorre uma reação e junção da esquerda nacionalista no Brasil. A FPN, a UNE, o CGT e as demais organizações que antes defendiam o governo e seus ideais passaram a atacá-lo argumentando que este apresentava políticas a favor do imperialismo (MIRANDA, 1979).

Outro conjunto de reações que contribuíram para a inviabilidade do programa de estabilização e desenvolvimento foram àquelas contrárias as políticas restritivas. Era previsto pelo Plano Trienal um teto para o aumento dos salários dos funcionários públicos, a eliminação dos subsídios e restrições ao crédito privado. Tais medidas eram criticadas por ir contra os interesses dos grandes grupos corporativistas. Silva (1992, p. 174) apresenta que as reações dos demais grupos só tiveram êxito em decorrência do fator dos empresários e trabalhadores terem uma predisposição para ir contra todas as medidas que lhe imponham sacrifícios econômicos, como era o caso. E como o governo não conseguiu convencê-los que os sacrifícios que deveriam ser feitos no curto prazo, poderia beneficiá-los já num futuro próximo, as reações logo surgiram a partir da classe empresarial e dos trabalhadores, em forma de pressões sobre o governo e ameaças de greves.

As medidas que restringiam o crédito levaram a reações dos setores empresariais. A princípio a elite empresarial e as mais importantes organizações empresariais davam seu apoio ao Plano Trienal por ter a “garantia” que o crédito ao setor privado iria crescer proporcionalmente ao nível de preços adicionado ao aumento do produto real (SILVA, 1992), mas o apoio ao programa não era incondicional e o ponto de discórdia seria a política salarial, os empresários argumentavam que ao destruir a escala salarial iria retirar os estímulos à especialização e ao aumento do conhecimento. E a questão salarial torna-se o ponto de cisão no apoio do empresariado ao Plano, e este perde sua base de apoio mais importante entre os grupos sócio-econômicos.

E mesmo com as políticas restritivas, a inflação aumentou no primeiro trimestre e a produção industrial se desacelerou, o que levou o CGT – a mais poderosa organização sindical da época, a fazer duras investidas contra o programa do governo e a política salarial argumentando que os trabalhadores não poderiam sofrer com maiores sacrifícios enquanto os lucros exorbitantes do capital internacional permaneceriam intactos, pois os novos níveis para

o salário mínimo já estavam absorvidos pela inflação, em face do aumento do custo de vida pela derrubada dos subsídios ao trigo e ao petróleo. Afirmavam, ainda, que o governo não inspirava confiança, relacionando-se as altas direções partidárias que eram ligadas aos interesses internacionais e burgueses. O CGT logo começa a fazer ameaças de uma greve geral contra o governo e se essa se concretizasse, seria o golpe final ao Plano Trienal.

Com todas as dificuldades e reações adversas sofridas pelo Plano, no final de abril, Goulart deu os primeiros sinais de ter desistido de seus esforços para empreender os objetivos do programa. Silva (1992, p. 194) coloca que o presidente não depositou sua confiança no Plano, mantinha-se distante da programação e para ele, o Trienal havia servido apenas para dar credibilidade em sua campanha pró-presidencialismo antes do plebiscito no início de 1963. Com o “abandono” do programa pelo presidente, o Plano começa definitivamente a fracassar.

Para Miranda (1979, p. 105), uma das principais falhas na elaboração do Plano foi não ter percebido a especificidade do momento que o capitalismo no Brasil passava, com uma reversão do ciclo expansionista e uma estagnação no processo de substituição de importações, e também pelo fato de não possuir um suporte político e tempo hábil para que as medidas pudessem ser colocadas em prática.

Por sua vez, Ianni (1996, p. 218) aponta que o Plano não pode ser executado porque as divergências entre o Legislativo e o Executivo se aprofundavam. Isto em face dos interesses do Legislativo estarem vinculados com a sociedade agrária, favorecendo a economia primária exportadora, enquanto o Executivo se comprometia com os setores industrial e financeiro e seus membros eram políticos, administradores, técnicos e economistas que possuíam um conhecimento técnico-científico adquirido no ambiente urbano e de industrialização. Assim, o Executivo tinha uma compreensão mais global dos problemas da nação e de suas possíveis soluções. E, em consequência do choque de interesses entre os membros integrantes das duas entidades, o Plano não poderia ser colocado em prática, pois havia a necessidade de centralizar as decisões econômicas em um nível incompatível com a divisão existente entre os poderes.

Portanto, sem ter uma base de apoio, até mesmo sem o apoio presidencial, com tantas reações adversas partindo de setores da sociedade, um divórcio entre o Legislativo e o Executivo que dificultavam sua integração para aprovar as medidas necessárias, com resultados econômicos negativos e um processo de substituição de importações esgotado, tornara-se impossível salvar o Plano Trienal no início de junho de 1963.

Mas apesar de todos os esforços para combater o processo inflacionário, os índices de preços mantiveram-se em alta, isto em face dos diversos choques de preços verificados ao longo do ano, como o aumento do salário mínimo, a retirada dos subsídios ao trigo e ao petróleo e o aumento das tarifas públicas, inclusive, a imposição do controle de preços pelo Plano Trienal deve ter o impulsionado também.

Neste contexto, o governo de Goulart encaminha-se para o golpe com uma crise política e uma economia com desequilíbrios em todas as variáveis macroeconômicas - um PIB no limite do positivo, taxas de inflação e cambial em alta, o que aumentava o custo de vida e afetava toda a população, influenciando a produção e desestabilizando a indústria. E mesmo com melhoras na balança comercial e no balanço de pagamentos, não havia como negar a grande crise econômica pela qual o governo estava passando e que só poderia ser solucionada com uma política firme de estabilização. O Quadro 2 sintetiza os objetivos e os resultados do Plano Trienal do Governo João Goulart.

Objetivos	Resultados
1. Crescimento de 7% ao ano;	a) Crescimento de 0,6% no ano de 1963;
2. Reduzir a inflação para 25% em 1963;	b) A taxa de inflação alcançando o nível de 78%;
3. Melhorar a distribuição dos benefícios do desenvolvimento;	c) Manifestações contra os "baixos" reajustes salariais dados pelo governo ao funcionalismo público e contra o processo inflacionário que corrompia o aumento dado ao salário mínimo;
4. Intensificar a ação estatal em diversos setores;	
5. Amenizar as desigualdades regionais;	d) O empresariado insatisfeito com as restrições ao crédito impostas pelo Plano;
6. Modernizar o setor produtivo;	e) Falta de credibilidade do Plano perante o FMI, dificultando o financiamento deste;
7. Renegociar a dívida externa;	
8. Assegurar ao governo uma unidade de comando crescente.	d) Dificuldades para implantar as reformas de base em decorrência do conservadorismo do Congresso.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 2 – Objetivos e resultados do Plano Trienal, 1961

5. Conclusão

Com o final do governo de Jânio Quadros instala-se no país uma crise política que vai

desde a tentativa de veto a posse de João Goulart até o Golpe Civil-Militar, passando pela adoção do regime Parlamentarista e, até mesmo, a inviabilidade do Plano Trienal. Neste cenário, a crise política influenciava em todos os setores da sociedade e economia. Os gabinetes parlamentaristas não conseguiram implantar um programa de governo e desenvolver uma política de estabilização contínua para controlar a inflação e melhorar as contas nacionais.

Após o plebiscito e com um governo presidencialista legitimado em janeiro de 1963, Goulart concentra-se em medidas adotadas pela esquerda moderada, procurando estabilizar para depois crescer, mas sem conceber atitudes de caráter extremo. Com o Plano Trienal já elaborado por Celso Furtado, Jango aborda políticas de estabilização para a economia e propõe-se a implantar as reformas de base, conciliando crescimento econômico com desenvolvimento estrutural, transformando as bases de uma sociedade arcaica.

Entretanto, a crise política nesta época começa a se destacar, as divergências entre o Legislativo e o Executivo se aprofundavam, tornando inconcebíveis os diálogos para a tomada de decisões, e os partidos políticos estavam se fragmentando. É nesta fase também, que os grupos civis despertam, organizando-se para manifestar seus interesses e o apoio à democracia.

Em junho de 1963, perante as mobilizações crescentes na sociedade, a tendência de fragmentação política e radicalização dos ideais no Congresso, assim como, o abandono do Plano Trienal na economia, Jango vê seu governo começar a desmoronar política e economicamente.

O presidente, então, aproxima-se da esquerda radical para tentar implantar as reformas de base, aclamando pelo apoio da população em um comício realizado em março de 1964. Porém, a esta altura dos acontecimentos, as pressões e conspirações para a queda de Jango já estavam organizadas pelos partidos conservadores, pelos militares e pelo empresariado. E as Forças Armadas foram chamadas para desferir o golpe final contra o governo em 31 de março de 1964, instaurando o regime militar autoritário no Brasil sem encontrar qualquer tipo de resistência.

Deste modo, podem-se apresentar como determinantes do golpe militar de 1964: a) as grandes dificuldades do governo para lidar com os partidos que ao final o levaram ao isolamento político; b) as políticas econômicas que não surtiram efeito e o abandono do Plano Trienal; c) as conspirações existentes entre os militares, empresários e partidos políticos conservadores que tinham por objetivo maior, a queda de Jango, argumentando em face do medo de um governo comunista, mas na realidade, o que a justificava era o temor as

mudanças estruturais que o presidente pretendia promover e que iria mudar o status de poder destas classes dentro da sociedade; d) o papel do complexo IPES/IBAD, da imprensa e da igreja na manipulação da opinião pública e influenciando em todos os grupos civis da sociedade e, até mesmo, no Congresso; e, por último, e) o golpe se empreendeu por decorrência da paralisia institucional ocorrida dentro do Congresso, este não conseguia aprovar medidas e avançar nos projetos a serem aprovados, e esta paralisia ocorreu a partir da fragmentação partidária, da radicalização ideológica dos membros do governo e da falta de uma coalizão que pudesse apoiar o presidente na tentativa de aprovar e colocar em prática as reformas de base.

Conclui-se, assim, que as influências políticas e a crise que se instalou no país após a renúncia de Jânio Quadros tornaram-se um empecilho para João Goulart tentar resolver os problemas econômicos vigentes no período, e, ainda, implantar as políticas que iriam alterar os setores e suas estruturas que estagnavam o desenvolvimento da nação. E foram estas crises política e econômica, esta última herdada do governo anterior, que inviabilizaram o governo de Jango, influenciando em suas decisões e na perda de seu apoio político e partidário para a realização das mudanças tão necessárias ao país, o que o levou ao isolamento político e abriu os caminhos para o Golpe Militar de 1964.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso: cem anos de política republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ABREU, Alzira A. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: *João Goulart: entre a memória e a história*, FERREIRA, Marieta de M. (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALMEIDA, Mario A. *A política econômica do governo João Goulart: Restrições estruturais e vetos políticos*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas – Campinas, 2010.

BENEVIDES, Maria V. 1964: um golpe de classe? (Sobre um livro de Rene Dreifuss). *Lua Nova*, n. 58, CEDEC, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, Brasil, 2003.

CODATO, Adriano N.; OLIVEIRA, Marcus R. A marcha, o terço e o livro: catolicismoconservador e açãopolíticanaconjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*. v. 24, n. 47, São Paulo, 2004.

DREIFUSS, Rene. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FURTADO, Celso. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965. In: O Brasil de João Goulart: um projeto de nação, MUNTEL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MARTINS FILHO, João R. O movimento estudantil na conjuntura do Golpe. In: *1964: visões críticas do Golpe*, TOLEDO, Caio N. (org.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

MELO, Hildete P.; BASTOS, Carlos P.; ARAÚJO, Victor L. A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado. In: *João Goulart: entre a memória e a história*, FERREIRA, Marieta de M. (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MIRANDA, José C. R. *O Plano Trienal: o canto do cisne nacional-desenvolvimentista*. Dissertação de Mestrado – UNICAMP. Campinas, 1979.

MOREIRA, Cássio Silva. *O projeto de nação do Governo de João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2011.

MOTTA, Rodrigo P. S. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: *João Goulart: entre a memória e a história*, FERREIRA, Marieta de M. (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

NEVES, Lucília de A. Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo. In: *1964: visões críticas do Golpe*, TOLEDO, Caio N. (org.). Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

OLIVEIRA, Carlos F. IPES e IBAD: A crise política da década de 60 e o advento do Golpe Civil-Militar de 1964. *Revista História Comparada - UFRJ*, v.2, n. 2. Rio de Janeiro, 2008.

RUBIATTI, Bruno. Relação entre o Executivo e o Legislativo no período Parlamentarista no Brasil. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas – Campinas, 2008.

SANTOS, Wanderley. *Sessenta e Quatro: anatomia da crise*, São Paulo: Vértice, 1986.

SILVA, Ricardo. Política e política econômica na crise do início dos anos sessenta: o Plano Trienal de Desenvolvimento econômico e social (1963-1965). Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas – São Paulo, 1992.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOLEDO, Caio N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.